

ELIA, Silvio. **Sociolingüística**. Padrão Livraria Editora Ltda. e EDUFF - Rio de Janeiro, 1987. 201pp.

Como uma abordagem dos vários campos da sociolingüística, este livro de Silvio Elia constitui-se na 1ª introdução à sociolingüística editado no Brasil. As publicações anteriores nesta área, foram coletâneas de artigos ou abordagens de tópicos específicos como "A Pesquisa Sociolingüística (quantitativa) (Tarallo), Falares Crioulos (Tarallo & Alkmin) etc.

Estão incluídas, no livro de S.E., discussões sobre a teoria da variação de Labov, a teoria do déficit lingüístico e cultural de Bernstein, a etnografia da fala de Dell Hymes, pidgins, creoulos, bilingüismo e diglossia, bem como questões mais antigas como a relação entre língua e cultura colocada pela hipótese Sapir/Whorf e a contribuição da análise componencial para o estudo desta relação.

Os capítulos do livro (em número de sete) enfatizam as relações da língua com a cultura, com a sociedade, com a nacionalidade, com o estado, e com a própria língua.

No primeiro capítulo "sociolingüística, sociologia da linguagem e etnolingüística" S.E. discute o caráter social da língua a partir de Saussure, passando em seguida a discutir as distinções entre as três designações. O autor dá ênfase especial à distinção entre sócio e etnolingüística, incluindo referências à contribuição de Dell Hymes com sua proposta teórica da "Etnografia da Fala". As últimas seis páginas do capítulo retratam uma discussão sobre "a teoria e prática da sociolingüística" em colóquio realizado em Ruão, na França tentando refletir as divergências que existem sobre o "objeto de estudos" da sociolingüística. O panorama refletido é, no entanto, bastante pobre, pois, não inclui algumas das dimensões da sociolingüística, havendo citações que comprometem, como a de Dubois afirmando que a sociolingüística não tem "método próprio"...

O segundo capítulo trata da relação entre língua e cultura. - Começa por definir os termos - o primeiro sob o enfoque dado por Coseriu e Flydal e o segundo na acepção antropológica de Kroeber. A seguir analisa a hipótese do determinismo lingüístico, buscando as origens e comentando as posições de Sapir e Whorf.

"Língua e sociedade" é o tópico do capítulo III, em que S.E. procura apresentar as principais dimensões da sociolingüística em sentido estrito, i.e. relação entre estrutura social e estrutura da língua. Neste sentido analisa a polêmica russa originada pela posição de N.Marr, a questão dos pronomes de tratamento, a teoria da variação de Labov e suas implicações na lingüística histórica e finalmente Bernstein e os estudos de Labov sobre o "Black/English".

No capítulo 4 (Língua e Nacionalidade) S.E. aborda o problema da comunidade lingüística, passando a seguir a fazer um histórico das "línguas nacionais". Começando pelo Latim, descreve a concorrência entre o Francês de Paris (langue d'oïl) e o Provençal (langue d'oc), passando pelo Espanhol, Catalão, e com especial atenção para o Português do continente europeu, Brasil e das cinco nações africanas de língua portuguesa. Conceitua línguas nacionais como padronizadas, ligadas a uma disciplina gramatical - acrescida dos traços de historicidade (tradição) vitalidade e autonomia. A no-

vidade no capítulo é o conceito de língua "transnacional" com uma queixa contra a penetração da língua inglesa e um discurso em prol de um português "transnacionalizado", com ortografia unificada, transitando "pelas chancelarias do Brasil e Portugal..." (e por que não pelas chancelarias das nações africanas?).

No capítulo 5, "Língua e Estado" - S.E. retoma o tópico da formação das línguas nacionais em relação ao poder político. Ao analisar os estados, divide-os em unilíngües e plurilíngües. Para S.E. "estado unilíngüe é aquele que só possui uma língua nacional e oficial em seu território, sem que nele existam línguas minoritárias" (p.114). Segue afirmando que "o Brasil é um país unilíngüe" (sic). Para S.E. as 150 línguas indígenas são depreciativamente "Línguas Menores" afirmando ainda que somente antropólogos e antropolingüistas estão interessados em sua preservação (p.115). O Próprio S.E. tropeça em suas definições. Partindo da definição "estado unilíngüe é aquele que só possui uma língua nacional e oficial em seu território, sem que nele existam línguas minoritárias" (p.114), afirma na p.120 que a França é um país unilíngüe, mas na p.157 coloca o Basco falado na Espanha e França entre as línguas minoritárias... (Além do Basco, também o Alemão é falado na França (Alsácia e Lorena) fato não citado por S.E.). Além disso na mesma p.157 o Gaélico, em franco desaparecimento (Dorian, 1973) é considerada "minoritária", enquanto o Tukuna, Makuschi, Kaingang, Guarani com mais de 10.000 falantes (muitos monolíngües) reivindicando escolas e direitos na Constituição ou o Yanomani falado num território superior à extensão de muitos países europeus são línguas "menores"...

No capítulo 6, "Língua e Língua" S.E. retoma a variação lingüística dentro do estado: língua e dialetos e o contato entre línguas: pidgins e crioulos, bilíngüismo e diglossia.

Ao discutir língua e dialetos (falares) restringe-se às variações diatópicas da geografia lingüística tradicional, não mencionando os **dialetos sociais** no eixo diastrático de Coseriu, que são o objeto preferencial da sociolingüística. Além disso não discute os conceitos de "registro" e "estilos" de fala dependentes

de contextos ou dos tipos de atos de fala, também de grande interesse para a sociolinguística.

Nas "conclusões" (cap. VII com 4 1/2 pgs) S.E. faz uma crítica ao estruturalismo e à gramática transformacional por terem deixado de lado a dimensão social da linguagem. A sociolinguística no entanto, não é apontada como solução. Como já o fizera ao longo de todo o livro, S.E. tem restrições (pessoais) às relações entre estrutura social e variação linguística, mesmo na perspectiva diacrônica: "a gênese das línguas se situa num plano mais profundo do que o manifestado pela estrutura social. Trata-se de plano algo misterioso e um tanto inacessível pelos métodos próprios da investigação positiva, que é o da cultura..." (p.187) e conclui que sociolinguística deveria ser definida como "estudo das relações entre língua e comunidade, pois, assim não seríamos dominados pelo sortilégio da estrutura social" (p.189). Vê-se por esta conclusão que S.E. não conseguiu absorver o conceito corrente de "sociolinguística" fato observável ao longo do livro, privilegiando aspectos mais ligados à etnolinguística e aos tópicos normalmente englobados na "macrosociolinguística".

O forte do livro é a informação histórica, as conceituações e dicotomias tradicionais. Não há porém indicações sobre metodologia e trabalho de campo. Como o trabalho se baseia predominantemente em manuais estrangeiros de sociolinguística não incorporou resultados de pesquisas feitas no Brasil, que seriam de grande interesse ao estudante brasileiro.

Paulino Vandresen  
UFSC